

PLANO ANUAL DE ATIVIDADES PARA 2019

I

Dois mil e dezanove, último ano da legislatura em curso, comporta dois atos eleitorais, um no final da primavera, para o Parlamento Europeu, outro no início do outono, para a Assembleia da República, os quais marcarão politicamente este último ano da segunda década do dois mil.

O resultado das **eleições para a Assembleia da República** definirá a correlação de forças no parlamento nacional e, conseqüentemente, dela sairá o próximo governo, o seu programa e as orientações político-económicas para o quadriénio 2020/2024.

Entre estes dois atos eleitorais, concretamente em 14 e 15 de junho, realizar-se-á o **13º Congresso Nacional de Professores**, o qual traçará as grandes reivindicações dos professores e da Escola Pública portuguesa e a estratégia de luta para os próximos anos.

Esta legislatura, com a inédita solução política encontrada, fica marcada por **alguns avanços** (fim da requalificação e da PAC, melhoria do reposicionamento remuneratório por via dos processos de recomposição da carreira, recuperação integral do Subsídio de Natal, dos quatro feriados, etc.) mas, também, pelas suas **limitações**, a não resolução dos problemas de fundo dos professores e da Escola Pública (recuperação integral do tempo congelado, horários de trabalho, regime de aposentação, gestão escolar / municipalização).

Por outro lado, releva também de negativo o relacionamento do Governo com os professores e seus representantes, os sindicatos, particularmente com a FENPROF. São assaz ilustrativos alguns comportamentos da tutela - a chantagem da primavera passada **“ou aceitam os 2 anos, 9 meses e 18 dias ou não há nenhuma recuperação”**, o anúncio, a 7 setembro, da decisão de aprovar um decreto-lei sobre a recuperação do tempo congelado, após uma reunião negocial em que nada foi apresentado, **as sucessivas ações de ataque e condicionamento ao direito à Greve**.

As várias provocações do Ministério da Educação aos docentes procuraram **isolar os professores e passar a ideia de que estes querem o impossível**, tendo o governo já feito o esforço possível. A isto, o SPN e a FENPROF retorque: **as nossas propostas são sensatas** e, mais do que visarem a satisfação dos interesses dos professores, **contribuem para satisfação dos interesses da Escola Pública**.

Por muito acertados concetualmente que possam ser os normativos da Autonomia e Flexibilidade Curricular e da Educação Inclusiva, sem a necessária valorização da Carreira Docente e a alocação dos recursos necessários não haverá Escola Pública de Qualidade, menos ainda Democrática e Inclusiva. **É a prática e não a proclamação que determinam o**

resultado das políticas educativas.

No **Ensino Superior**, o subfinanciamento crónico impede não só a progressão e mudanças de nível ou escalão, a contratação de docentes e investigadores no âmbito do programa de estímulo ao emprego científico financiado pela FCT,IP e a regularização dos vínculos precários. Não é por acaso que apenas 9,3% dos processos apresentados pelos requerentes, analisados em sede do PREVPAP, mereceram aprovação, o que confirma a situação insustentável a que se chegou.

Assim, o Departamento de Ensino Superior e Investigação tem como linhas principais de atividade para o ano de 2019:

- 1) Reforço da presença nas escolas, nomeadamente através de reuniões nas diversas Universidades e Politécnicos do Norte;
- 2) Continuação do acompanhamento do processo de regularização dos vínculos precários no ESI;
- 3) Discussão sobre políticas de desenvolvimento do ensino superior público por forma a reforçar a resposta política aos desafios que se colocam.

No **Ensino Particular e Cooperativo**, atendendo ao reduzido número de dirigentes sindicais do sector privado, seria desejável que mais docentes, sócios do EPC, se envolvessem na atividade sindical, com uma participação ativa e constante, contribuindo para a formação de novos quadros.

Assim, tendo em conta as necessidades sentidas e a urgência da reestruturação do sector, vamos promover a criação de grupos de trabalho por sectores (Ensino Artístico Especializado, Profissional, EPC regular e IPSS), com reuniões periódicas de dois em dois meses, procurando a dinamização local e regional dos sectores, a criação de quadros dirigentes, delegados e ativistas sindicais, o envolvimento dos docentes no levantamento das dificuldades específicas de cada sector e a recolha de contributos para iniciativas e formas de lutas.

É nosso propósito, também, promover mais reuniões sindicais em colégios, academias de música, escolas de ensino profissional e IPSS, sensibilizar os docentes para a importância dos delegados e comissões sindicais nas escolas do EPC e IPSS, dar continuidade ao trabalho de denúncia, junto das entidades oficiais, (ACT, IGEC, DGESTE), das irregularidades praticadas pelas escolas do sector privado, em especial, as financiadas pelo estado através de Contratos de Patrocínio, Associação e Cooperação e continuar a luta por um CCT que dignifique os docentes deste setor de ensino.

II

Nas cinco áreas de intervenção estratégica que a atual direção do SPN propôs e os sócios sufragaram comprometemo-nos a:

INFORMAÇÃO

Ao nível da Informação o SPN tentará no ano de 2019 consolidar o essencial da sua base de intervenção e melhorar os seus processos de interação com associados e delegados sindicais, não esquecendo o conjunto de professores do norte do país que ainda não são nossos sócios.

Assim, procuraremos melhorar mais a qualidade e quantidade de informação que disponibilizamos no nosso site, manter a regularidade existente na revista SPNInformação, optando por uma newsletter que preencha os tempos que medeiam entre dois números da revista e produzindo, com a regularidade necessária um conjunto de materiais diversos em papel que alimentem os nossos placards sindicais nas escolas bem como outros locais de divulgação de informação.

FORMAÇÃO

Ao longo de 2019 todas as delegações terão ações de formação contínua creditada pelo CCPFC. Por solicitação das mesmas estão a ser organizados 19 seminários que versam temáticas de atualidade educativa, assim como temáticas da área sócio-política (autonomia e flexibilidade curricular, cidadania e desenvolvimento, Inclusão, municipalização, gestão e administração escola, o desgaste na profissão docente (estudo *burnout*), cidadania digital e redes sociais, política Internacional sobre a democracia e os movimentos radicais e populistas, os 130 anos da edição dos “Maías”, assim como, a abordagem ao 70 anos de *Direitos Humanos*).

Estão, também, previstas para 2019 duas ações de formação sindical, a realizar ao longo do corrente ano letivo, em locais ainda a definir.

APOIO AOS SOCIOS

A estruturação desta área de Apoio aos Sócios é garantida através do Departamento de Contencioso e Apoio a Sócios.

O atendimento a sócios, presencial, telefónico ou via e-mail, é cada vez mais uma atividade de vital importância na vida do SPN, sendo, porventura, e talvez até de forma crescente, a mais valorizada pelos nossos associados, vítimas da pressão de alterações legislativas frequentes e com escasso tempo de adaptação por parte dos docentes e das direções de escolas e agrupamentos, ou do aumento da conflitualidade na vida escolar, a que não são alheios o modelo de gestão em vigor e os contínuos e até crescentes abusos, quer da tutela, quer também de muitos diretores, por exemplo em matéria de horários e distribuição de serviço.

Ao longo dos últimos anos, o SPN vem introduzindo algumas alterações no seu funcionamento, com vista a dar resposta ao aumento das necessidades a este nível, tendo vindo a ser progressivamente reforçada a equipa de advogados, primeiro em horas e depois com a contratação de mais um advogado a tempo inteiro, o qual, além do atendimento direto a sócios e acompanhamento dos respetivos processos, manterá a tarefa de articulação com os dirigentes responsáveis pelo serviço de pré-contencioso e com os funcionários de apoio a sócios da Sede do SPN, disponibilizando-se, ao longo da semana, para várias pequenas reuniões para esclarecimento de dúvidas, um procedimento recentemente iniciado e que se irá manter em 2019. Paralelamente, também se propõe a realização periódica de reuniões entre este e/ou outros juristas e os dirigentes e funcionários das delegações.

Uma outra alteração, ocorrida já em 2015, foi a criação de um fórum eletrónico, chamado GAS (Grupo de Apoio a Sócios), para discussão e entreajuda entre os funcionários e os dirigentes mais ligados ao atendimento, um recurso que, depois de uma fase inicial de utilização que provou o acerto da medida, viu essa mesma utilização decair drasticamente, sendo um objetivo para 2019 a reanimação e posterior consolidação do seu uso.

Relativamente à plataforma INFORSÓCIOS – que funciona através do endereço infor socios@spn.pt e visava transformar-se no canal preferencial, e tendencialmente único, de entrada de perguntas e saída de respostas via e-mail aos associados –, o seu objetivo tem vindo a ser cada vez mais e melhor cumprido, tendo a plataforma sido objeto de melhoramentos na sua funcionalidade, num processo que se pretende continuar em 2019, continuando a promover-se, igualmente, uma maior diversidade nos respondentes, ainda bastante longe do possível e inicialmente pretendido com esta plataforma digital.

ORGANIZAÇÃO INTERNA E FINANÇAS

Depois de termos já realizado o trabalho coletivo de deteção de problemas de funcionamento e identificação das suas causas, concluiremos a consequente tarefa de consensualização de instrumentos ou procedimentos que contribuam para a sua solução.

Continuaremos a tarefa de aumentar o rigor técnico do relatório mensal do movimento de sócios e de, sobretudo, aumentar a sua influência na planificação do trabalho sindical de cada delegação.

Após tantos anos de construção de um novo programa para o ficheiro de sócios, concretizaremos finalmente a sua entrada em vigor.

Publicaremos regularmente relatórios de contas que permitam a todos os dirigentes acompanhar e controlar as receitas e despesas do Sindicato, no sentido de poderem

intervir e contribuir, sempre que necessário, para uma cada vez melhor gestão do dinheiro dos sócios.

Prosseguiremos o esforço para tornar o orçamento do sindicato num instrumento cada vez mais eficaz da ação sindical e de leitura mais acessível e transparente.

AÇÃO SINDICAL

Os propósitos desta área de intervenção são os de fazer pontes entre o trabalho central e o das direções distritais do SPN, entre o trabalho do SPN e o da FENPROF e entre o trabalho destes e o da CGTP e suas Uniões de Sindicatos (Aveiro, Braga, Bragança, Porto, Viana do Castelo e Vila Real).

Nesse sentido é essencial consolidar a articulação e operacionalização da ação sindical do SPN, da FENPROF, das Uniões de Sindicatos e da CGTP, fazendo o controle de execução, disponibilizando os elementos recolhidos sobre o trabalho realizado a toda a estrutura.

É, também, importante consolidar a reunião de escola, formal e/ou informal, como espaço central de discussão e construção de opinião junto dos professores e alargar a rede de delegados sindicais, estimulando o contacto e a ligação entre a direção e os delegados sindicais como canal privilegiado de comunicação.

Esta é a marca do SPN, esta é a marca FENPROF.

III

Está provado o Orçamento de Estado para 2019, insuficiente ainda para resolver os problemas de fundo dos professores e da Escola Pública, mas que consagra claramente **a negociação do prazo e do modo de contabilização de todo o tempo de serviço congelado, os 9A 4M 2D**. É necessário aproveitar a oportunidade que a apreciação parlamentar do DL do governo sobre a recuperação do tempo de serviço congelado proporcionará, mantendo a luta em torno desta exigência.

Merecerá, também, toda a nossa atenção a apreciação parlamentar do DL sobre a transferência de competências para as autarquias, onde procuraremos **obstaculizar a implementação da municipalização da educação**.

Em 2019 será tempo, também, de **confrontar, para além do governos, os partidos políticos com as questões que continuarem por resolver** (carreiras, aposentação, horários, gestão escolar, concurso), contribuindo assim para o esclarecimento das propostas eleitorais dos partidos, tão necessário ao voto consciente dos professores, em particular, e dos portugueses, em geral. As questões da Profissão Docente e da Escola Pública não são

matérias quaisquer, merecem todo o empenho, análise e proposta do SPN e da FENPROF, antes e depois dos atos eleitorais de 2019.

É isso que nos propomos fazer. Foi a luta em torno de uma Carreira Docente, nos idos de Abril, que permitiu ao professorado português tê-la, foi a mesma luta que, até aos dias de hoje, a permitiu manter e melhorar e será, também, a luta que, futuramente, poderá permitir aos docentes portugueses **terem direito na prática à carreira inscrita na letra da lei**.

Porto, 11 de dezembro de 2018

A Direção do SPN